

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.359.113
Preferenciais	0
Total	2.359.113
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	25.779.174	25.412.645
1.01	Ativo Circulante	6.623.027	6.990.889
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	440.104	440.700
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.003	279.717
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	241.188
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	241.188
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.003	38.529
1.01.03	Contas a Receber	3.366.010	3.095.012
1.01.03.01	Clientes	3.366.010	3.095.012
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	2.989.645	2.761.370
1.01.03.01.02	Concessionários - Transporte de Energia	376.365	333.642
1.01.04	Estoques	27.479	30.259
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.456.922	1.828.665
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.456.922	1.828.665
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.331.509	1.316.536
1.01.08.03	Outros	1.331.509	1.316.536
1.01.08.03.02	Contribuição de Iluminação Pública	225.061	207.286
1.01.08.03.03	Reembolso Subsídios Tarifários	90.916	90.923
1.01.08.03.04	Subvenção Baixa Renda	59.245	62.479
1.01.08.03.07	Ativos Financeiros da Concessão	714.258	746.031
1.01.08.03.20	Outros	242.029	209.817
1.02	Ativo Não Circulante	19.156.147	18.421.756
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.772.221	7.106.838
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	1.052
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	1.052
1.02.01.04	Contas a Receber	41.811	43.386
1.02.01.04.01	Clientes	41.811	43.386
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.139.002	2.119.494
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.139.002	2.119.494
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.591.408	4.942.906
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	624.597	540.281
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	647.628	651.279
1.02.01.10.05	Ativos setoriais da concessão	277.283	198.059
1.02.01.10.06	Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	1.437.515	1.369.652
1.02.01.10.07	Ativos Contratuais	2.225.808	1.849.852
1.02.01.10.08	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	283.107	240.178
1.02.01.10.09	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	78.718	76.278
1.02.01.10.20	Outros Créditos	16.752	17.327
1.02.04	Intangível	11.383.926	11.314.918
1.02.04.01	Intangíveis	11.383.926	11.314.918
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	11.201.042	11.130.453
1.02.04.01.02	Intangível em Curso	182.884	184.465

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	25.779.174	25.412.645
2.01	Passivo Circulante	7.017.678	7.119.515
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	144.612	162.661
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	144.612	162.661
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	144.612	162.661
2.01.02	Fornecedores	1.656.588	1.929.723
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.656.588	1.929.723
2.01.03	Obrigações Fiscais	729.518	626.733
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	284.225	216.738
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	143.821	88.043
2.01.03.01.02	COFINS	80.773	72.901
2.01.03.01.03	PASEP	17.453	15.661
2.01.03.01.04	INSS	30.222	27.589
2.01.03.01.05	Outros	11.956	12.544
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	429.623	393.804
2.01.03.02.01	ICMS	429.623	393.804
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	15.670	16.191
2.01.03.03.01	ISSQN	15.670	16.191
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	898.907	883.795
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.573	2.380
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.573	2.380
2.01.04.02	Debêntures	897.334	881.415
2.01.05	Outras Obrigações	3.588.053	3.516.603
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	352.806	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	352.806	0
2.01.05.02	Outros	3.235.247	3.516.603
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	635.824	504.052
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	421.920	393.389
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	76.887	52.273
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	282.640	274.904
2.01.05.02.07	PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	458.810	1.154.798
2.01.05.02.08	Contribuição de Iluminação Pública	330.992	312.475
2.01.05.02.10	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	55.884	43.602
2.01.05.02.11	Créditos de energia injetada	563.397	455.273
2.01.05.02.20	Outras	408.893	325.837
2.02	Passivo Não Circulante	10.868.866	11.187.870
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.325.340	3.692.203
2.02.01.02	Debêntures	3.325.340	3.692.203
2.02.02	Outras Obrigações	6.176.315	6.153.043
2.02.02.02	Outros	6.176.315	6.153.043
2.02.02.02.03	Encargos Regulatórios	37.586	55.437
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	3.491.310	3.550.093
2.02.02.02.07	PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	1.699.493	1.632.200
2.02.02.02.08	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	248.886	216.271
2.02.02.02.09	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	679.794	679.794
2.02.02.02.20	Outras	19.246	19.248

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.04	Provisões	1.367.211	1.342.624
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.327.668	1.303.997
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	961.233	937.320
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	295.253	297.311
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	71.182	69.366
2.02.04.02	Outras Provisões	39.543	38.627
2.02.04.02.04	Provisões Processos Administrativos da ANEEL	35.328	34.293
2.02.04.02.05	Outras	4.215	4.334
2.03	Patrimônio Líquido	7.892.630	7.105.260
2.03.01	Capital Social Realizado	5.371.998	5.371.998
2.03.02	Reservas de Capital	544.000	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	544.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.115.956	3.270.982
2.03.04.01	Reserva Legal	498.528	498.528
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.526.159	2.681.185
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	91.269	91.269
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	369.530	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.508.854	-1.537.720

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.376.937	4.748.317
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.516.481	-3.970.814
3.02.01	Custo com energia elétrica	-3.053.276	-2.867.437
3.02.02	Custo de construção de infraestrutura de distribuição	-657.608	-429.503
3.02.03	Custos de operação	-805.597	-673.874
3.03	Resultado Bruto	860.456	777.503
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-279.608	-298.349
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.081	-44.259
3.04.01.01	Perdas de créditos esperadas - PCE	-8.081	-44.259
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-116.988	-112.244
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-154.539	-141.846
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	580.848	479.154
3.06	Resultado Financeiro	-92.348	24.803
3.06.01	Receitas Financeiras	124.238	186.327
3.06.02	Despesas Financeiras	-216.586	-161.524
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	488.500	503.957
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-118.970	-128.030
3.08.01	Corrente	-153.349	-155.798
3.08.02	Diferido	34.379	27.768
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	369.530	375.927
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	369.530	375.927
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,16	0,16
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,16	0,16

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	369.530	375.927
4.02	Outros Resultados Abrangentes	28.866	0
4.02.01	Remensuração de Obrigações de Planos de Benefícios Definidos, Líquidas de impostos	28.866	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	398.396	375.927

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-89.262	488.539
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	68.357	1.065.380
6.01.01.01	Resultado do Período	369.530	375.927
6.01.01.02	Amortização	194.240	175.375
6.01.01.03	Baixas Líquidas de Intangível	4.563	7.394
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	113.386	59.488
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	-34.379	-27.768
6.01.01.06	Obrigação Pós-emprego	79.246	112.759
6.01.01.07	Provisões para perdas Operacionais	8.081	44.259
6.01.01.09	Demais provisões	65.231	61.178
6.01.01.10	Ativo Financeiro - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela	-20.841	700.107
6.01.01.11	Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	872	432
6.01.01.12	Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	-15.583	-7.053
6.01.01.13	Realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins	-695.989	-436.718
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-87.459	-488.465
6.01.02.01	Consumidores e revendedores	-236.356	-266.013
6.01.02.02	Tributos compensáveis	150.889	12.998
6.01.02.03	Transporte de Energia	-41.148	-4.188
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	12.139	10.248
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	-123.265	-7.557
6.01.02.07	Subvenção Baixa Renda	3.234	-1.261
6.01.02.08	Fornecedores	-275.024	-466.304
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	207.205	256.871
6.01.02.10	Impostos de Renda e Contribuição Social a Pagar	153.349	155.798
6.01.02.11	Salários e Contribuições Sociais	-18.049	-9.824
6.01.02.12	Encargos do Consumidor a Recolher	12.102	-233.098
6.01.02.13	Contribuição de Iluminação Pública	742	5.338
6.01.02.14	Obrigações Pós-Emprego	-86.556	-80.288
6.01.02.15	Provisões	-31.315	-33.882
6.01.02.16	Reembolso subsídios tarifários	7	189.717
6.01.02.18	Participação dos Empregados e Administradores no resultado	24.614	23.999
6.01.02.20	Outros	159.973	-41.019
6.01.03	Outros	-70.160	-88.376
6.01.03.01	Juros Pagos	-69.987	-88.106
6.01.03.03	Juros Pagos de Arrendamento	-173	-270
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-367.281	-13.209
6.02.03	Em Intangível	-24.152	-14.073
6.02.04	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	279.766	408.764
6.02.05	Em Ativos de Contrato	-622.895	-407.900
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	455.947	-327.561
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-428.531	-412.569
6.03.04	Mútuo com partes relacionadas	352.806	100.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.03.05	Pagamento de Arrendamentos	-12.328	-14.992
6.03.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	544.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-596	147.769
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	440.700	198.694
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	440.104	346.463

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.371.998	0	3.270.982	0	-1.537.720	7.105.260
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.371.998	0	3.270.982	0	-1.537.720	7.105.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	544.000	-155.026	0	0	388.974
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-155.026	0	0	-155.026
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	544.000	0	0	0	544.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.530	28.866	398.396
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.530	0	369.530
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	28.866	28.866
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	0	0	0	0	28.866	28.866
5.07	Saldos Finais	5.371.998	544.000	3.115.956	369.530	-1.508.854	7.892.630

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.371.998	0	2.653.670	0	-2.004.037	6.021.631
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.371.998	0	2.653.670	0	-2.004.037	6.021.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-130.457	0	0	-130.457
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-130.457	0	0	-130.457
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	375.927	0	375.927
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	375.927	0	375.927
5.07	Saldos Finais	5.371.998	0	2.523.213	375.927	-2.004.037	6.267.101

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	7.501.697	7.522.232
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.821.326	7.117.256
7.01.02	Outras Receitas	30.844	19.732
7.01.02.01	Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	30.844	19.732
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	657.608	429.503
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.081	-44.259
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.469.986	-3.918.153
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.290.798	-3.102.220
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.040.666	-732.777
7.02.04	Outros	-138.522	-83.156
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-138.522	-83.156
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.031.711	3.604.079
7.04	Retenções	-194.240	-175.375
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-194.240	-175.375
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.837.471	3.428.704
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	130.284	186.956
7.06.02	Receitas Financeiras	130.284	186.956
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.967.755	3.615.660
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.967.755	3.615.660
7.08.01	Pessoal	314.249	324.448
7.08.01.01	Remuneração Direta	201.778	183.063
7.08.01.02	Benefícios	100.115	129.803
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.356	11.582
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.053.311	2.743.433
7.08.02.01	Federais	1.406.672	1.168.133
7.08.02.02	Estaduais	643.970	1.572.610
7.08.02.03	Municipais	2.669	2.690
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	230.665	171.852
7.08.03.01	Juros	227.147	169.683
7.08.03.02	Aluguéis	3.518	2.169
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	369.530	375.927
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	155.026	130.457
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	214.504	245.470

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

1T2023



Comentário do Desempenho



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

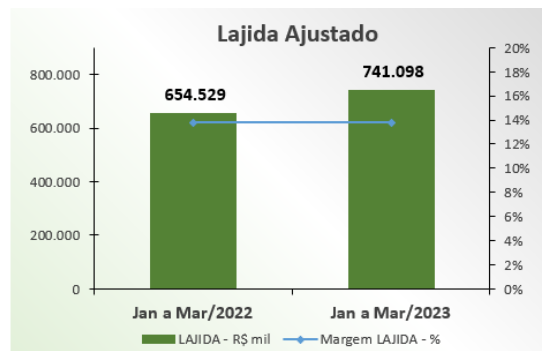
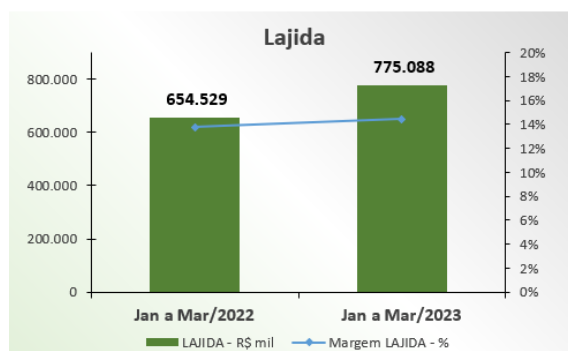
Resultado do período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro trimestre de 2023, lucro líquido de R\$369.530 em comparação ao lucro líquido de R\$375.927 no mesmo período de 2022. As principais variações na comparação dos resultados dos primeiros três meses de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida	Nota	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Var %
Lucro líquido do período		369.530	375.927	(1,70)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	8d	118.970	128.030	-
Resultado financeiro líquido	24	92.348	(24.803)	-
Amortização	23c	194.240	175.375	10,76
= Lajida (1)		775.088	654.529	18,42
Pós emprego - Cemig Saúde	19	(33.990)	-	-
= Lajida ajustado (2)		741.098	654.529	13,23

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM 156/2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O Lajida aumentou 18,42% no primeiro trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022, enquanto a margem do Lajida passou de 13,78% no primeiro trimestre de 2022 para 14,42% no período atual. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 13,23% no primeiro trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022, enquanto a sua margem passou de 13,78% no primeiro trimestre de 2022 para 13,78% no período atual.

Comentário do Desempenho



Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	4.721.748	5.993.356
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	695.989	436.718
Receita de uso da rede - consumidores livres	987.508	868.131
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	20.841	(700.107)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	657.608	429.503
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	30.844	19.732
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(38.469)	(31.894)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	(3.766)	138.994
Outras receitas operacionais	437.475	412.058
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(2.132.841)	(2.818.174)
	5.376.937	4.748.317

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.721.748 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$5.993.356 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 21,22%. Os principais impactos na receita em 2023 decorrem dos seguintes fatores:

	Jan a Mar/2023			Jan a Mar/2022		
	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)
Residencial	2.984.825	2.394.793	802,32	2.841.768	3.115.808	1.096,43
Industrial	334.141	267.124	799,43	368.760	344.268	933,58
Comércio, serviços e outros	1.113.679	1.186.640	1.065,51	1.148.033	1.462.294	1.273,74
Rural	517.361	390.205	754,22	540.836	487.744	901,83
Poder público	223.654	164.544	735,71	204.191	179.314	878,17
Iluminação pública	269.516	116.991	434,08	285.011	167.372	587,25
Serviço público	272.353	164.251	603,08	339.958	246.977	726,49
Subtotal	5.715.529	4.684.548	819,62	5.728.557	6.003.777	1.048,04
Consumo próprio	7.545	-	-	9.854	-	-
Suprimento a outras Concessionárias (2)	-	40.467	-	-	12.794	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(3.267)	-	-	(23.215)	-
Total	5.723.074	4.721.748	825,04	5.738.411	5.993.356	1.044,43

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

- redução de 19,89% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de serviços públicos devido, principalmente, à migração de algumas instalações de grande cliente do setor de água e esgoto para o ambiente livre;
- redução de 9,39% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais, devido à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre;

Comentário do Desempenho



- redução de 4,34% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe rural devido, principalmente, à redução de 8,8% no número de consumidores dessa classe, os quais migraram para outras classes como consequência do atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu recadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- redução de 2,99% na quantidade de energia faturada para a classe de comércio e serviços, devido, principalmente, à migração de clientes para a mini e micro geração distribuída;
- aumento de 5,03% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe residencial, devido principalmente ao aumento de 2,8% na quantidade de consumidores e à migração de 23.240 consumidores vindos da classe Rural, em atendimento à REN Aneel nº 1000/2020.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no primeiro trimestre de 2023 em função da fixação da alíquota de ICMS, a partir do segundo semestre de 2022, para todas as classes de consumo, no limite máximo de 18%.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro trimestre de 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$987.508, comparada a R\$868.131 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 13,75%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,82% na tarifa média sobre os clientes livres no primeiro trimestre de 2023, comparado ao mesmo período de 2022. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 6,55% na energia transportada no primeiro trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022.

	MWh		
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Var %
Industrial	5.122.930	4.935.505	3,80
Comercial	498.671	433.917	14,92
Rural	10.699	11.986	(10,74)
Serviço Público	104.622	262	-
Poder Público	753	610	23,44
Concessionárias	64.686	63.562	1,77
Total de energia transportada	5.802.361	5.445.842	6,55

Comentário do Desempenho



CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No primeiro trimestre de 2023, foi reconhecida uma receita no montante de R\$20.841, em comparação à despesa no montante de R\$700.107 reconhecida no mesmo período de 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao acionamento da bandeira escassez hídrica, a mais onerosa do sistema, que vigorou no período de setembro de 2021 a abril de 2022, em razão do pior cenário de escassez hídrica dos últimos tempos. Com isto, constatou-se o impacto do acionamento no primeiro trimestre de 2022, reduzindo os custos a serem repassados aos consumidores no reajuste tarifário anual correspondente, na proporção do faturamento da bandeira, ao passo que no mesmo período de 2023 não houve acionamento de bandeira.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11b.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou uma receita de realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$695.989 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$436.718 no mesmo período de 2022. Essa recomposição da receita decorre da tarifa da Cemig, vigente no período de junho de 2022 a maio de 2023, estar com o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 16.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$657.608 no primeiro trimestre de 2023, comparadas a R\$429.503 no mesmo período de 2022, demonstrando um aumento de 53,11%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período anterior, com maior mobilização de equipes na etapa de construção, somado ao aumento no custo médio das obras, com elevação dos preços de diversos materiais e serviços no período atual.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

Comentário do Desempenho



Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.132.841 no primeiro trimestre de 2023 comparados a R\$2.818.174 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 24,32%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo, conforme já mencionado.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$4.796.089, comparados a R\$4.269.163 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 12,34%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23.

Obrigações pós-emprego

A despesa com obrigações pós-emprego no primeiro trimestre de 2023 foi de R\$73.266, em comparação a R\$102.587 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 28,58%. Essa redução decorre, principalmente, da remensuração do passivo de pós-emprego no primeiro trimestre de 2023 em decorrência da adesão ao novo plano de saúde por parte dos funcionários ativos (mais detalhes na nota explicativa nº 19).

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.323.814 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$1.978.814 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 17,45%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 50,03% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$951.606 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$634.296 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre, principalmente, do menor custo com energia em 2022;
- aumento de 36,41% no custo com geração distribuída, sendo de R\$618.732 no primeiro trimestre de 2023 comparado a R\$453.589 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (212.940 em março de 2023, comparada a 133.282 em março de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.020.445 MWh no primeiro trimestre de 2023, comparado a 630.952 MWh no mesmo período de 2022);

Comentário do Desempenho



- aumento de 13,94% no custo com contratos bilaterais, sendo de R\$125.429 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$110.083 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre, principalmente, do reajuste anual dos contratos bilaterais do ACR;
- aumento de 5,73% no custo com contratos por cotas de garantia física, sendo de R\$239.079 no primeiro trimestre de 2023 comparado a R\$226.116 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do reajuste anual das RAG's das usinas de Cotas, definido por resolução, sempre em julho;
- redução de 33,47% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$262.175 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$394.055 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre, principalmente, da redução no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$24,73/KW para US\$16,19KW, definida por resolução.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 23a.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$729.462 no primeiro trimestre de 2023, comparado a R\$888.952 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 17,94%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela redução nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho, no período atual, de usinas térmicas fora da ordem de mérito.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 11b.

Comentário do Desempenho



Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$66.653 no primeiro trimestre de 2023, comparadas a R\$105.437 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 36,78%. As principais variações que explicam essa redução são:

- redução de 51,76% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$13.173 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$27.308 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre, principalmente, de decisões favoráveis obtidas em 2022 pela Companhia em processos relacionados aos empregados próprios;
- aumento de 57,67% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$14.428 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$9.151 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre, principalmente, de discussões relacionadas às relações de consumo e está aderente ao curso normal dos negócios;
- redução de 81,74% nas perdas de créditos esperadas (PCE), que apresentou uma constituição de R\$8.081 no primeiro trimestre de 2023 em comparação a R\$44.259 no mesmo período de 2022, devido à menor inadimplência observada no período e, adicionalmente, à revisão das regras de mensuração das perdas, buscando uma maior aderência ao comportamento da inadimplência da Companhia.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no primeiro trimestre de 2023 foi uma despesa financeira de R\$92.348, comparada a uma receita financeira líquida de R\$24.803 no mesmo período de 2022. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento da despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base cálculo, sendo de R\$35.736 no primeiro trimestre de 2023, comparada a R\$9.363 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do aumento do passivo a restituir aos consumidores no terceiro trimestre de 2022, em cumprimento à determinação legal de destinação integral pelas distribuidoras, em proveito dos consumidores, dos valores objeto da repetição do indébito;
- aumento de 24,30% na despesa financeira com encargos de empréstimos e debêntures, sendo de R\$69.906 no primeiro trimestre de 2023, comparada a R\$56.238 no mesmo período de 2022. Esse aumento deve-se à captação da 8ª emissão de debêntures da Companhia em junho de 2022;

Comentário do Desempenho



- redução de 33,80% na receita financeira com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$61.649 no primeiro trimestre de 2023, comparadas a R\$93.124 no mesmo período de 2022. Essa variação deve-se ao menor nível de inadimplência da Companhia no período atual devido ao reforço no emprego das ferramentas de cobrança, bem como da alteração na cobrança do ICMS, da redução dos valores das contas de energia devido às bandeiras tarifárias no primeiro trimestre de 2022, e à alteração do indicador de atualização financeira, tendo sido IGP-M até maio de 2022 e mudando para IPCA a partir de junho, conforme determinado pela Resolução Normativa nº 932/2021 da Aneel;
- redução de 48,83% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$26.610 no primeiro trimestre de 2023, comparada a R\$51.999 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre, basicamente, do menor saldo a receber de CVA e outros componentes financeiros constituído até março de 2023, em comparação com o saldo do mesmo período de 2022;
- redução de 92,12% no resultado líquido de variação cambial de Itaipu, sendo uma receita financeira de R\$1.889 no primeiro trimestre de 2023, comparada a R\$23.965 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre da menor variação entre o dólar médio de lançamento e o dólar médio do pagamento efetivo no período atual.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$118.970 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$153.349. No mesmo período de 2022, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$128.030 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$503.957.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8d.

Notas Explicativas**SUMÁRIO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	10
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	11
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	12
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	12
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	13
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	14
10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	14
11. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	15
12. ATIVOS DE CONTRATO.....	16
13. INTANGÍVEL.....	17
14. ARRENDAMENTOS.....	18
15. FORNECEDORES.....	19
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	20
17. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES.....	21
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	23
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	24
20. PROVISÕES.....	26
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	32
22. RECEITA.....	33
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	35
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	37
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	37
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	39
27. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS.....	43
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	44

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	440.104	440.700
Títulos e valores mobiliários	5	1.003	279.717
Consumidores e revendedores	6	2.989.645	2.761.370
Concessionários - transporte de energia	6	376.365	333.642
Tributos compensáveis	7	1.456.922	1.828.665
Estoques		27.479	30.259
Contribuição de iluminação pública		225.061	207.286
Reembolso subsídios tarifários	10	90.916	90.923
Subvenção baixa renda		59.245	62.479
Ativos setoriais da concessão	11b	714.258	746.031
Outros ativos		242.029	209.817
Total do circulante		6.623.027	6.990.889
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	2.139.002	2.119.494
Tributos compensáveis	7	624.597	540.281
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	78.718	76.278
Depósitos vinculados a litígios	9	647.628	651.279
Concessionários - transporte de energia	6	41.811	43.386
Outros ativos		16.752	17.327
Ativos setoriais da concessão	11b	277.283	198.059
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	11a	1.437.515	1.369.652
Ativos de contrato	12	2.225.808	1.849.852
Intangíveis	13	11.383.926	11.314.918
Arrendamentos - direito de uso	14	283.107	240.178
Total do não circulante		19.156.147	18.421.756
Ativo total		25.779.174	25.412.645

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Circulante			
Empréstimos e debêntures	17	898.907	883.795
Fornecedores	15	1.656.588	1.929.723
Impostos, taxas e contribuições	16	608.951	538.690
Imposto de renda e contribuição social	8b	120.567	88.043
Salários e encargos sociais		144.612	162.661
Encargos regulatórios	18	421.920	393.389
Participação dos empregados e administradores no resultado		76.887	52.273
Obrigações pós-emprego	19	282.640	274.904
Contribuição de iluminação pública		330.992	312.475
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		563.397	455.273
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		635.824	504.052
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	16	458.810	1.154.798
Valores a pagar a partes relacionadas	25	352.806	-
Arrendamentos - obrigações	14	55.884	43.602
Outros passivos		408.893	325.837
Total do circulante		7.017.678	7.119.515
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	17	3.325.340	3.692.203
Provisões	20	1.367.211	1.342.624
Obrigações pós-emprego	19	3.491.310	3.550.093
Encargos regulatórios	18	37.586	55.437
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	1.699.493	1.632.200
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		679.794	679.794
Arrendamentos - obrigações	14	248.886	216.271
Outros passivos		19.246	19.248
Total do não circulante		10.868.866	11.187.870
Total do passivo		17.886.544	18.307.385
Patrimônio líquido			
Capital social	21	5.371.998	5.371.998
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	544.000	-
Reservas de lucros		3.115.956	3.270.982
Ajustes de avaliação patrimonial	21	(1.508.854)	(1.537.720)
Lucros acumulados		369.530	-
Total do patrimônio líquido		7.892.630	7.105.260
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.779.174	25.412.645

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Receita	22	5.376.937	4.748.317
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	23a	(3.053.276)	(2.867.437)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	23b	(657.608)	(429.503)
Custos de operação	23c	(805.597)	(673.874)
		(4.516.481)	(3.970.814)
Lucro bruto		860.456	777.503
Despesas operacionais	23c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(8.081)	(44.259)
Despesas gerais e administrativas		(116.988)	(112.244)
Outras despesas operacionais, líquidas		(154.539)	(141.846)
		(279.608)	(298.349)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		580.848	479.154
Receitas financeiras	24	124.238	186.327
Despesas financeiras	24	(216.586)	(161.524)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		488.500	503.957
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(153.349)	(155.798)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	34.379	27.768
Lucro líquido do período		369.530	375.927
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,16	0,16

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)**

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Lucro líquido do período	369.530	375.927
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 19)	43.737	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 8)	(14.871)	-
	28.866	-
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	398.396	375.927

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Recursos destinados ao aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	-	2.653.670	(2.004.037)	-	6.021.631
Lucro líquido do período	-	-	-	-	375.927	375.927
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	375.927	375.927
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,0553 por ação)	-	-	(130.457)	-	-	(130.457)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	-	3.270.982	(1.537.720)	-	7.105.260
Lucro líquido do período	-	-	-	-	369.530	369.530
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	28.866	-	28.866
Resultado abrangente do período	-	-	-	28.866	369.530	398.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	544.000	-	-	-	544.000
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,0657 por ação)	-	-	(155.026)	-	-	(155.026)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	5.371.998	544.000	3.115.956	(1.508.854)	369.530	7.892.630

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		369.530	375.927
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	19	79.246	112.759
Amortização	13b e 14a	194.240	175.375
Perdas de créditos esperadas	23c	8.081	44.259
Demais provisões	23c	65.231	61.178
Ajuste de ativos em curso	13	(15.583)	(7.053)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13b	4.563	7.394
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	22	(695.989)	(436.718)
Juros e variações monetárias		144.230	79.220
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(30.844)	(19.732)
Amortização do custo de transação de empréstimos	17	872	432
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	(20.841)	700.107
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8a	(34.379)	(27.768)
		68.357	1.065.380
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		(236.356)	(266.013)
Concessionários - transporte de energia		(41.148)	(4.188)
Tributos compensáveis	7	150.889	12.998
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(123.265)	(7.557)
Depósitos vinculados a litígios		12.139	10.248
Contribuição de iluminação pública		(17.775)	(13.968)
Subvenção baixa renda		3.234	(1.261)
Outros		(39.601)	128.355
		(291.883)	(141.386)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(275.024)	(466.304)
Impostos, taxas e contribuições		207.205	256.871
Imposto de renda e contribuição social a pagar		153.349	155.798
Salários e encargos sociais		(18.049)	(9.824)
Contribuição de iluminação pública		18.517	19.306
Encargos regulatórios	18	12.102	(233.098)
Obrigações pós-emprego	19	(86.556)	(80.288)
Provisões	20	(31.315)	(33.882)
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		108.124	31.109
Participação dos empregados e administradores no resultado		24.614	23.999
Outros		91.457	(10.766)
		204.424	(347.079)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(19.102)	576.915
Juros de empréstimos e debêntures pagos	17	(69.987)	(88.106)
Juros de arrendamento pagos	14	(173)	(270)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(89.262)	488.539
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira	5	279.766	408.764
No intangível	13	(24.152)	(14.073)
No ativo de contrato	12	(622.895)	(407.900)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(367.281)	(13.209)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de arrendamento	14	(12.328)	(14.992)
Pagamento de empréstimos e debêntures	17	(428.531)	(412.569)
Mútuo com partes relacionadas		352.806	100.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		544.000	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		455.947	(327.561)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(596)	147.769
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	440.700	198.694
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	440.104	346.463

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Receitas		
Venda de energia e serviços	6.821.326	7.117.256
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	657.608	429.503
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	30.844	19.732
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(8.081)	(44.259)
	<u>7.501.697</u>	<u>7.522.232</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(2.486.983)	(2.122.658)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(803.815)	(979.562)
Serviços de terceiros	(652.127)	(473.845)
Materiais	(388.539)	(258.932)
Outros custos operacionais	(138.522)	(83.156)
	<u>(4.469.986)</u>	<u>(3.918.153)</u>
Valor adicionado bruto	3.031.711	3.604.079
Retenções		
Amortização	(194.240)	(175.375)
Valor adicionado líquido	2.837.471	3.428.704
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	130.284	186.956
Valor adicionado a distribuir	2.967.755	3.615.660
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	314.249	324.448
Remuneração direta	201.778	183.063
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	100.115	129.803
FGTS	12.356	11.582
Impostos, taxas e contribuições	2.053.311	2.743.433
Federais	1.406.672	1.168.133
Estaduais	643.970	1.572.610
Municipais	2.669	2.690
Remuneração de capitais de terceiros	230.665	171.852
Juros	227.147	169.683
Aluguéis	3.518	2.169
Remuneração de capital próprio	369.530	375.927
Juros sobre capital próprio	155.026	130.457
Lucros retidos	214.504	245.470
	<u>2.967.755</u>	<u>3.615.660</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.071.034 consumidores em 31 de março de 2023.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 31 de março de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$394.651. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 31 de março de 2023, os empréstimos e debêntures, de curto e longo prazo, totalizaram R\$898.907 e R\$3.325.340, respectivamente.

A Cemig estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas Explicativas



2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2023, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2023.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 04 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2022	31/03/2023	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	-	Da concessão
4	3	Informações por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
9	8	Imposto de renda e contribuição social
10	9	Depósitos vinculados a litígios
11	10	Reembolso de subsídios tarifários
12	11	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Intangível
15	14	Arrendamentos
16	15	Fornecedores
17	16	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
18	17	Empréstimos e debêntures

Notas Explicativas



Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2022	31/03/2023	
19	18	Encargos regulatórios
20	19	Obrigações pós-emprego
21	20	Provisões
22	21	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
23	22	Receita
24	23	Custos e despesas operacionais
25	24	Receitas e despesas financeiras
26	25	Transações com partes relacionadas
27	26	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
28	-	Seguros
29	-	Obrigações contratuais
30	27	Riscos relacionados a <i>compliance</i> com leis e regulamentos
31	28	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das concessões
28	Seguros
29	Obrigações contratuais

2.3. Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados (DRE)

A partir do terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Tais reclassificações não afetam margens e indicadores, representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao período findo em 31 de março de 2022 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais reclassificações foram considerados imateriais pela Companhia.

2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro e a aplicação do CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias da Companhia.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

Notas Explicativas



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2023	31/12/2022
Contas bancárias	36.531	83.858
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	403.573	309.894
Aplicações automáticas - Overnight (2)	-	46.948
	403.573	356.842
	440.104	440.700

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 31 de março de 2023 (80% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 13,38% a 13,87% a.a. em 31 de março de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2023	31/12/2022
Certificados de Depósitos Bancários (1)	-	30.587
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	-	182.161
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	-	64.208
Debêntures (4)	-	2.647
Outros	1.003	1.166
	1.003	280.769
Ativo circulante	1.003	279.717
Ativo não circulante	-	1.052

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual de 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip) em 31 de março de 2023 (entre 103% e 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 110,26% do CDI em 31 de março de 2023 (103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% a 13,88% a.a. em 31 de março de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 114,29% do CDI em 31 de março de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 25. Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

Notas Explicativas



6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2023	31/12/2022
Residencial	757.296	309.957	362.647	248.997	293.819	1.972.716	1.800.806
Industrial	33.178	64.181	16.567	26.466	129.561	269.953	255.015
Comércio, serviços e outras	307.287	180.572	104.495	99.250	172.440	864.044	796.559
Rural	109.682	65.124	44.352	36.077	42.157	297.392	292.220
Poder público	55.658	37.520	3.642	325	17.181	114.326	97.942
Iluminação pública	13.840	495	22	-	-	14.357	12.303
Serviço público	66.737	34.645	1.878	3.593	32.471	139.324	125.823
Subtotal - consumidores	1.343.678	692.494	533.603	414.708	687.629	3.672.112	3.380.668
Concessionários - transporte de energia	87.066	301.282	24.690	4.270	81.891	499.199	460.272
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	13.853	4.236	3.640	21.729	56.315
Provisão para perdas de créditos esperadas	(130.160)	(12.684)	(17.851)	(136.150)	(488.374)	(785.219)	(758.857)
	1.300.584	981.092	554.295	287.064	284.786	3.407.821	3.138.398
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						2.989.645	2.761.370
Concessionários - transporte de energia						376.365	333.642
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						41.811	43.386

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2023	31/12/2022
Residencial	284.046	269.007
Industrial	123.980	122.227
Comércio, serviços e outras	202.181	194.431
Rural	32.226	31.070
Poder público	28.512	26.621
Iluminação pública	295	(88)
Serviço público	32.957	32.346
Concessionários - transporte de energia	81.022	83.243
	785.219	758.857

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	758.857
Constituições, líquidas (Nota 23)	8.081
Baixas	18.281
Saldo em 31 de março de 2023	785.219

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		
ICMS a recuperar	402.026	404.590
Cofins (a)	866.722	1.170.056
PIS/Pasep (a)	187.741	253.606
Outros	433	413
	1.456.922	1.828.665
Não circulante		
ICMS a recuperar	567.277	515.972
Cofins (a)	47.095	19.973
PIS/Pasep (a)	10.225	4.336
	624.597	540.281
	2.081.519	2.368.946

Notas Explicativas



a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia possui registrado em 31 de março de 2023 o montante de R\$1.052.486 no ativo circulante (R\$1.421.739 em 31 de dezembro de 2022) e R\$57.320 no ativo não circulante (R\$24.309 em 31 de dezembro de 2022) referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No primeiro trimestre de 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$168.096 (R\$391.915 no mesmo período de 2022).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/03/2023	31/12/2022
Imposto de renda	63.024	61.390
Contribuição social	15.694	14.888
	78.718	76.278
Não circulante	78.718	76.278

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	103.202	77.292
Contribuição social	17.103	10.751
	120.305	88.043

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 20.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2023	31/12/2022
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.230.533	1.238.981
Perdas de créditos esperadas	305.489	295.384
Provisão para redução a valor recuperável	16.973	22.271
Provisões operacionais (1)	540.058	523.338
Provisões para contingências	402.989	396.213
Taxa de administração	4.407	4.500
Participação de empregados e administradores no resultado	26.142	17.773
Outros	9.235	8.586
	2.535.826	2.507.046
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(220.606)	(212.326)
Encargos financeiros capitalizados	(171.089)	(169.801)
Custo de captação	(5.129)	(5.425)
	(396.824)	(387.552)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	2.139.002	2.119.494

(1) Provisão registrada em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa do Reajuste Tarifário Anual de 2022.

Notas Explicativas



A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.119.494
Efeitos alocados ao resultado	34.379
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(14.871)
Saldo em 31 de março de 2023	2.139.002

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Resultado antes dos tributos	488.500	503.957
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(166.090)	(171.345)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	52.709	44.355
Incentivos fiscais	11.953	13.433
Contribuições e doações indedutíveis	(1.989)	(1.474)
Multas indedutíveis	(27.320)	(12.407)
Selic sobre indêbitos tributários	11.224	-
Outros	543	(592)
	(118.970)	(128.030)
Alíquota efetiva	24,35%	25,40%
Corrente	(153.349)	(155.798)
Diferido	34.379	27.768

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhista	190.014	203.119
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	12.314	12.198
IR/INSS indenização do anuênio (1)	220.552	218.771
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	85.832	85.832
Outros	67.551	64.197
	386.249	380.998
Outros		
Regulatório	31.803	31.428
Cível	5.992	5.786
Relações de consumo	5.786	6.166
Bloqueio judicial	16.951	13.056
Patrimonial	4.475	4.448
Outros	6.358	6.278
	71.365	67.162
	647.628	651.279

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões - Indenização do anuênio;

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

No primeiro trimestre de 2023, o montante apropriado como receitas dos subsídios reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$225.567 (R\$245.942 no primeiro trimestre de 2022). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$75.189 (R\$75.189 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no ativo circulante.

Notas Explicativas



Em 10 de março de 2023, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos sem Coobrigação com o Banco ABC Brasil S.A. para antecipação de recebíveis da CDE no valor de R\$100.000, sendo R\$25.000 e R\$75.000 das faturas de abril e maio de 2023, respectivamente. O total recebido em 10 de março de 2023 foi de R\$97.554.

11. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	31/03/2023	31/12/2022
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	1.437.515	1.369.652
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	991.541	944.090
	2.429.056	2.313.742
Ativo circulante	714.258	746.031
Ativo não circulante	1.714.798	1.567.711

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	37.097
Baixas	(78)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	30.844
Saldo em 31 de março de 2023	1.437.515

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	246.495	745.046	991.541	544.370	399.720	944.090
Ativo circulante	246.495	467.763	714.258	544.370	201.661	746.031
Ativo não circulante	-	277.283	277.283	-	198.059	198.059
Total circulante líquido	246.495	467.763	714.258	544.370	201.661	746.031
Total não circulante líquido	-	277.283	277.283	-	198.059	198.059
Total líquido	246.495	745.046	991.541	544.370	399.720	944.090

Notas Explicativas



COMPONENTES FINANCEIROS	31/03/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	62.993	(91.656)	(28.663)	140.528	(139.639)	889
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(33.344)	310.047	276.703	4.297	211.497	215.794
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	2.856	28.334	31.190	180	17.786	17.966
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	15.844	(32.066)	(16.222)	38.984	(7.872)	31.112
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	174.206	321.652	495.858	377.682	204.843	582.525
Energia elétrica comprada para revenda	120.902	(1.560.695)	(1.439.793)	233.721	(1.321.656)	(1.087.935)
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	16.247	876.410	892.657	40.617	708.966	749.583
Neutralidade da parcela A	(13.073)	323.655	310.582	(32.683)	235.990	203.307
Outros itens financeiros	(94.390)	635.916	541.526	(235.974)	537.513	301.539
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(5.746)	(66.551)	(72.297)	(22.983)	(47.707)	(70.690)
TOTAL	246.495	745.046	991.541	544.369	399.721	944.090

(1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 2020, por meio do Despacho SGT/SEM nº 2.508, foi reconhecida parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270, que foi considerado no processo tarifário de 2021. Em razão dos recursos administrativos apresentados à Aneel, os montantes de sobrecontratação tiveram seus valores ajustados através do Despacho Aneel nº 2.168, de 2022. Com a publicação do despacho, e considerando as regras atuais, o montante de R\$218.900, pendente de repasse de 2017, será considerado no próximo processo tarifário. Em relação ao valor de R\$26.778 relativo à sobrecontratação de 2018, a Companhia permanece reconhecendo o direito e aguarda publicação do respectivo despacho.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	944.090
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	339.855
Realização	(319.014)
Atualização Selic (Nota 24)	26.610
Saldo em 31 de março de 2023	991.541

12. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.849.852
Adições	633.456
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11)	(37.097)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(235.986)
Ajuste de ativos em curso (1)	15.583
Saldo em 31 de março de 2023	2.225.808

(1) Refere-se à reversão de provisões registradas em exercícios anteriores para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas).

Dentre as adições realizadas no primeiro trimestre de 2023, no montante de R\$633.456, está contemplado o montante de R\$10.561 (R\$7.530 em 2022) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17. A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas



13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	31/03/2023			31/12/2022		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	26.073.154	(11.371.065)	14.702.089	25.760.065	(11.151.378)	14.608.687
(-) Obrigações especiais (c)	(5.361.278)	1.860.231	(3.501.047)	(5.287.534)	1.809.300	(3.478.234)
Ativos da concessão líquidos	20.711.876	(9.510.834)	11.201.042	20.472.531	(9.342.078)	11.130.453
Intangível em curso	182.884	-	182.884	184.465	-	184.465
Total do intangível	20.894.760	(9.510.834)	11.383.926	20.656.996	(9.342.078)	11.314.918

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.314.918
Adições	24.152
Baixas	(4.485)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	235.986
Amortização	(186.645)
Saldo em 31 de março de 2023	11.383.926

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

Notas Explicativas



c) Obrigações especiais

O saldo do ativo intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem a seguinte composição:

Obrigações Vinculadas à Concessão	31/03/2023	31/12/2022
Participação Financeira do Consumidor (1)	(4.890.349)	(4.753.794)
Participação da União, Estados e Municípios (2)	(606.452)	(593.689)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(335.923)	(351.017)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(7.412)	(6.967)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(6.110)	-
(-) Amortização Acumulada	1.860.231	1.809.300
Total	(4.391.718)	(4.301.870)

Alocação	31/03/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(781.891)	(732.030)
Infraestrutura - Intangível em Serviço	(3.501.047)	(3.478.234)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(108.780)	(91.606)
Total	(4.391.718)	(4.301.870)

- (1) As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.
- (2) As contribuições da União, Estados e Municípios representam a participação destes entes em obras para fornecimento de energia. A participação dos municípios é a mais relevante nessa rubrica (59% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

14. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	149.795	90.383	240.178
Baixa (contratos encerrados)	(176)	-	(176)
Adição	1.804	-	1.804
Amortização (1)	(2.075)	(5.656)	(7.731)
Remensuração	82	48.950	49.032
Saldo em 31 de março de 2023	149.430	133.677	283.107

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$136 no primeiro trimestre de 2023 (R\$125 no mesmo período de 2022).

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Notas Explicativas



Saldo em 31 de dezembro de 2022	259.873
Adição	1.804
Baixas (contratos encerrados)	(199)
Juros incorridos (1)	6.761
Arrendamentos pagos	(12.328)
Juros sobre arrendamentos pagos	(173)
Remensuração	49.032
Saldo em 31 de março de 2023	304.770
Passivo circulante	55.884
Passivo não circulante	248.886

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$369 no primeiro trimestre de 2023 (R\$347 no mesmo período de 2022).

As adições e baixas nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	636.063	304.770
PIS/Pasep e Cofins potencial	43.383	14.896

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2023	43.857
2024	58.268
2025	58.128
2026	57.960
2027	48.084
2028 a 2048	369.766
Valores não descontados	636.063
Juros embutidos	(331.293)
Passivo de arrendamentos	304.770

15. FORNECEDORES

	31/03/2023	31/12/2022
Energia de curto prazo - CCEE	100.500	95.928
Encargos de uso da rede elétrica (1)	208.650	204.119
Energia elétrica comprada para revenda (2)	601.097	682.239
Itaipu binacional	176.434	273.618
Materiais e serviços	569.907	673.819
	1.656.588	1.929.723

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.
- (2) A melhora nas condições hidrológicas do sistema nos períodos comparados possibilitou que o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico - encerrasse os despachos fora da ordem de mérito, o que reduziu os encargos pagos para cobrir esses despachos e os efeitos de disponibilidade das usinas.

Notas Explicativas



16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/03/2023	31/12/2022
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	88.450	53.004
Cofins	80.773	72.901
PIS/Pasep	17.453	15.661
INSS	30.222	27.589
ISSQN	15.670	16.191
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	23.254	-
Outros	11.956	12.544
	267.778	197.890
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	458.810	1.154.798
ICMS	341.173	340.800
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	1.699.493	1.632.200
	2.499.476	3.127.798
	2.767.254	3.325.688

(1) Em 23 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.158.303 em 31 de março de 2023, já tendo sido restituído o montante de R\$4.639.359 até março de 2023 (R\$3.943.371 até dezembro de 2022).

Em complemento ao passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a Companhia registrou, em junho de 2022, o montante atualizado de R\$624.251 decorrentes da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22, em 27 de junho de 2022. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. Como consequência, foi registrado também o montante atualizado de R\$1.479.010 referente à obrigação de devolução integral do referido crédito tributário aos consumidores, referente ao montante excedente àquele incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. A Administração da Companhia avalia junto aos seus assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

Notas Explicativas



Em dezembro de 2022, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia (Abradee) entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de medida cautelar contra o artigo 1º da Lei nº 14.385/2022, que, alterando a Lei nº 9.427/1996, determina e disciplina a destinação aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, pela via tarifária, dos débitos tributários do PIS e da Cofins restituídos como consequência da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo relativos ao Tema nº 69 da Repercussão Geral da Suprema Corte e decorrentes de ações ajuizadas pelas empresas distribuidoras.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores, conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigorou de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente.
- Em 22 de junho de 2022, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2022, que vigora desde 22 de junho de 2022 até 27 de maio de 2023, do componente financeiro negativo de R\$2.810.830, correspondente à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa nº 7a. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Companhia, ver nota explicativa nº 11b.

17. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2023						31/12/2022
	Venciment o principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	1.573	-	1.573	2.380
Total de empréstimos				1.573	-	1.573	2.380
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	300.929	297.395	598.324	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	544.272	134.999	679.271	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	22.570	1.901.544	1.924.114	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R\$	21.192	500.000	521.192	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	9.147	516.930	526.077	507.408
(-) Deságio na emissão de debêntures (2)				-	(11.220)	(11.220)	(12.048)
(-) Custos de transação				(776)	(14.308)	(15.084)	(15.959)
Total de debêntures				897.334	3.325.340	4.222.674	4.573.618
Total geral				898.907	3.325.340	4.224.247	4.575.998

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(2) Deságio na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Notas Explicativas



A composição dos empréstimos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	35.250	297.395	1.248.168	950.772	-	516.930	3.048.515
UFIR/RGR (2)	1.573	-	-	-	-	-	1.573
CDI (3)	430.464	269.999	-	-	500.000	-	1.200.463
Total por Indexadores	467.287	567.394	1.248.168	950.772	500.000	516.930	4.250.551
(-) Custos de transação	(388)	(1.710)	(1.133)	(1.091)	(910)	(9.852)	(15.084)
(-) Deságio	-	-	(5.443)	(5.443)	-	(334)	(11.220)
Total geral	466.899	565.684	1.241.592	944.238	499.090	506.744	4.224.247

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.575.998
Variação monetária	65.428
Encargos financeiros provisionados	80.467
Amortização do custo de transação	872
Encargos financeiros pagos	(69.987)
Amortização de principal	(428.531)
Saldo em 31 de março de 2023	4.224.247

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Encargos de empréstimos e debêntures	80.467	63.768
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 12 e 13)	(10.561)	(7.530)
Efeito líquido no resultado	69.906	56.238

- (1) A taxa média de capitalização foi de 14,07 % a.a. em 31 de março de 2023 (12,59% a.a. em 31 de março de 2022).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Notas Explicativas



Garantias

Em 31 de março de 2023, o saldo devedor dos empréstimos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.588.387
Aval e fianças	598.114
Recebíveis	1.036.173
Ações	1.530
Sem garantia	43
TOTAL	4.224.247

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A Companhia possui contrato com cláusulas restritivas (“*Covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título (2)	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª e 8ª emissões de Debêntures	Dívida Líquida / Lajida ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Resolução CVM 156/2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (2) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esse índice de forma que a condição seja atendida.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2023	31/12/2022
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	221.110	220.801
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	120.393	112.458
Pesquisa Expansão Sistema Energético	4.509	3.226
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	9.300	6.735
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2)	46.557	46.557
CDE sobre P&D (1)	2.790	2.021
CDE sobre PEE (1)	1.860	4.041
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.101	2.101
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	459.506	448.826
Passivo circulante	421.920	393.389
Passivo não circulante	37.586	55.437

- (1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Notas Explicativas



19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.389.416	2.392.168	43.413	3.824.997
Despesa reconhecida no resultado	40.781	71.149	1.306	113.236
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Contribuições pagas	(49.384)	(36.478)	(694)	(86.556)
Perdas (ganhos) atuariais	-	(43.088)	(649)	(43.737)
Passivo líquido em 31 de março de 2023	1.380.813	2.350.628	42.509	3.773.950
			31/03/2023	31/12/2022
Passivo circulante			282.640	274.904
Passivo não circulante			3.491.310	3.550.093

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado do primeiro trimestre de 2023 referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$107.256 (R\$102.588 no mesmo período de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$5.980 no primeiro trimestre de 2023 (R\$10.171 no mesmo período de 2022).

Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, em substituição ao Plano de Saúde Integrado (PSI) então vigente, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado a todos empregados ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os empregados que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de empregados cobertos pelo PSI.

À luz do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego para a data base de 31 de março de 2023. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado como custo do serviço passado, no montante de R\$33.123 para o plano de saúde e de R\$867 para o plano odontológico.

Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o trimestre afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$43.088 para o plano de saúde e de R\$649 para o plano odontológico.

Notas Explicativas



Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$155.940 (R\$182.140 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2023, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$393.433 (R\$396.483 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$261.015, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$132.418. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação no montante de R\$13.880 (R\$12.053 em 31 de dezembro de 2022), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

Notas Explicativas



A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recusado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$10.546 (R\$7.881 em 31 de dezembro de 2022), que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total que deveria ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A caso não fosse considerada a paridade contributiva, seria de R\$182.316, por meio de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

Notas Explicativas



	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2023
Trabalhistas	297.311	15.231	(2.058)	(15.231)	295.253
Cíveis					
Relações de consumo	36.679	14.818	(3.606)	(9.547)	38.344
Outras ações cíveis	32.687	3.216	-	(3.066)	32.837
	69.366	18.034	(3.606)	(12.613)	71.181
Tributárias	937.320	23.922	-	(9)	961.233
Regulatórias	34.293	1.081	-	(46)	35.328
Outras	4.334	3.871	(573)	(3.416)	4.216
Total	1.342.624	62.139	(6.237)	(31.315)	1.367.211

Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.123.782	997.927
Cíveis		
Relações de consumo	207.055	194.128
Outras ações cíveis	460.906	444.688
	667.960	638.816
Tributárias	1.232.119	1.191.496
Regulatórias	1.017.842	869.338
Outras	1.003.886	949.190
Total	5.045.590	4.646.767

(1) Os principais valores são apresentados em parágrafos específicos no texto de Provisões.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$164.350 (R\$152.686 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$10.778 (R\$10.091 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas



Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.008.674 (R\$982.070 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$852.153 (R\$829.721 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$220.552 (R\$218.772 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$98.302 (R\$97.508 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Notas Explicativas



Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$115.388 (R\$112.362 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$61.946 (R\$60.454 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$369.041 (R\$355.930 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$68.532 (R\$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades

Notas Explicativas



tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$184.870 (R\$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.419.036 (R\$1.295.238 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$295.253 foram provisionados (R\$297.311 em 31 de dezembro de 2022), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$245.399 (R\$230.807 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$38.344 (R\$36.679 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$493.743 (R\$477.375 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$32.837 (R\$32.687 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas



Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$501.820 (R\$374.696 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$35.328 (R\$34.293 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$47.374 (R\$45.642 em 31 de dezembro de 2022).

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$503.976 (R\$483.294 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$291.008 (R\$259.881 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$4.070 (R\$4.193 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas



Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$485.964 (R\$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R\$146 (R\$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$231.129 (R\$223.395 em 31 de dezembro de 2022) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Em 27 de fevereiro, 10 de março e 17 de março de 2023, a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig (controladora) realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Companhia, nos montantes de R\$100.000, R\$94.000 e R\$350.000, respectivamente, com a finalidade de reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 31 de março de 2023 é de R\$1.508.854 (R\$1.537.720 em 31 de dezembro de 2022).

O evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$43.088 para o plano de saúde e de R\$649 para o plano odontológico.

Notas Explicativas



c) Lucro por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	369.530	375.927
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,16	0,16

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

d) Remuneração dos acionistas

Em 22 de março de 2023, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio (JCP) no montante de R\$155.026 relativos ao 1º trimestre de 2023, a serem pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024. Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	4.721.748	5.993.356
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	695.989	436.718
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	987.508	868.131
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	20.841	(700.107)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	657.608	429.503
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	30.844	19.732
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(38.469)	(31.894)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	(3.766)	138.994
Outras receitas operacionais (c)	437.475	412.058
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(2.132.841)	(2.818.174)
	5.376.937	4.748.317

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 7a.

Notas Explicativas



a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Residencial	2.984.825	2.841.768	2.394.793	3.115.808
Industrial	334.141	368.760	267.124	344.268
Comércio, serviços e outros	1.113.679	1.148.033	1.186.640	1.462.294
Rural	517.361	540.836	390.205	487.744
Poder público	223.654	204.191	164.544	179.314
Iluminação pública	269.516	285.011	116.991	167.372
Serviço público	272.353	339.958	164.251	246.977
Subtotal	5.715.529	5.728.557	4.684.548	6.003.777
Consumo próprio	7.545	9.854	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	40.467	12.794
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(3.267)	(23.215)
Total	5.723.074	5.738.411	4.721.748	5.993.356

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Outras receitas operacionais

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Serviço taxado	5.117	4.294
Outras prestações de serviços	4.816	6.822
Subvenções Baixa Renda	87.221	72.360
Outras subvenções (1)	243.082	316.546
Aluguel e arrendamento	96.930	63.381
Transações na CCEE	-	(51.684)
Outras	309	339
	437.475	412.058

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$225.567 no primeiro trimestre de 2023 (R\$245.942 no primeiro trimestre de 2022), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$17.523 no primeiro trimestre de 2023 (R\$76.089 no primeiro trimestre de 2022), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a reversão de receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$7 no primeiro trimestre de 2022 (reversão de R\$5.485, no primeiro trimestre de 2022).

Notas Explicativas



d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Tributos sobre a receita		
ICMS (1)	642.626	1.572.175
PIS/Pasep	98.557	88.234
Cofins	453.959	406.435
ISSQN	240	298
	1.195.382	2.067.142
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	8.808	16.219
Conta de desenvolvimento energético - CDE	884.800	954.744
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.735	5.975
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	13.907	8.536
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	6.954	4.268
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	-	(251.821)
CDE sobre P&D	4.172	2.561
CDE sobre PEE	2.781	5.122
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	6.302	5.428
	937.459	751.032
	2.132.841	2.818.174

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos com energia elétrica

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	262.175	394.055
Contratos por cotas de garantia física	239.079	226.116
Cotas das usinas de Angra I e II	89.917	89.298
Energia de curto prazo - CCEE	72.151	63.807
Contratos bilaterais	125.429	110.083
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	951.606	634.296
PROINFA	127.894	151.414
Geração distribuída	618.732	453.589
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(163.169)	(144.173)
	2.323.814	1.978.485
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	40.809	34.311
Encargos Transmissão - Rede Básica	539.422	454.071
Encargos de Conexão	30.145	24.292
Encargos Distribuição	2.004	1.521
Energia CCEE-ESS	2.504	348.235
Energia CCEE-EER	188.931	117.131
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(74.353)	(90.609)
	729.462	888.952
	3.053.276	2.867.437

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Pessoal	25.084	28.080
Materiais	363.204	242.671
Serviços de terceiros	247.746	147.870
Encargos financeiros	10.561	7.530
Arrendamentos e aluguéis	998	783
Impostos e taxas	132	230
Outros	9.883	2.339
	657.608	429.503

Notas Explicativas



c) Outras custos e despesas operacionais

	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais		Total	
	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Pessoal	169.657	148.727	-	-	55.008	51.289	-	-	224.665	200.016
Participação de empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	-	-	24.614	23.999	24.614	23.999
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	73.266	102.587	73.266	102.587
Materiais	20.899	11.729	-	-	4.436	4.532	-	-	25.335	16.261
Serviços de terceiros	360.750	286.352	-	-	40.486	37.278	-	-	401.236	323.630
Amortização (Nota 13b)	183.503	147.994	-	-	3.142	16.104	-	-	186.645	164.098
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 14)	7.595	11.277	-	-	-	-	-	-	7.595	11.277
Provisões (reversões) para contingências	55.902	59.467	-	-	-	-	-	-	55.902	59.467
Perdas de créditos esperadas (1)	-	-	8.081	44.259	-	-	2.670	1.711	10.751	45.970
Outras despesas operacionais, líquidas	7.291	8.328	-	-	13.916	3.041	53.989	13.549	75.196	24.918
	805.597	673.874	8.081	44.259	116.988	112.244	154.539	141.846	1.085.205	972.223

Notas Explicativas

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	10.687	9.001
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(6.046)	(7.910)
Acréscimos moratórios de contas de energia	61.649	93.124
Variações cambiais de Itaipu	1.889	23.965
Variações monetárias	4.439	859
Variação monetária depósitos judiciais	8.488	8.701
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	26.610	51.999
Outras	16.522	6.588
	124.238	186.327
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 17)	(69.906)	(56.238)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(872)	(432)
Encargos de variação monetária - Forluz	(5.980)	(10.172)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 17)	(65.428)	(62.189)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(35.736)	(9.363)
Variação monetária de P&D e PEE	(9.888)	(7.078)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(6.392)	(4.847)
Outras variações monetárias	(2.835)	(5.387)
Outras	(19.549)	(5.818)
	(216.586)	(161.524)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(92.348)	24.803

- (1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
- (2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Operações com energia elétrica (3)								
Companhia Energética de Minas Gerais	72	70	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	4.175	4.634	28.984	28.488	7.822	9.834	(83.513)	(69.607)
Aliança Geração	4.218	4.070	11.505	11.366	8.506	15.258	(31.292)	(27.998)
Norte Energia	-	-	30.053	30.263	-	-	(67.925)	(58.513)
Taesa	-	-	8.578	10.891	-	-	(31.366)	(29.807)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	416	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	108	-	-	292	-	-	-
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão (5)	-	-	10.874	10.874	-	-	(24.467)	(19.463)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	41.692	36.558	-	-	40.925	43.360	-	-
Convênio de compartilhamento (2)								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	5.445	26.483	-	-	(5.445)	(5.283)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	203	2.565	-	-	-	(229)
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais (4)	-	-	352.806	-	-	-	(6.342)	(1.020)
AFAC								
Companhia Energética de Minas Gerais (6)	-	-	544.000	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.315.618	1.183.846	-	-	-	-

FIC Pampulha

Notas Explicativas

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Circulante								
Caixa e equivalentes	-	46.948	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	278.552	-	-	-	55	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	1.052	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (7)	-	-	149.917	143.863	-	-	(40.781)	(43.257)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (8)	-	-	-	-	-	-	(13.011)	(12.318)
Custeio administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(6.838)	(5.861)
Arrendamento operacional (10)	-	-	18.686	18.686	-	-	(6.157)	(5.680)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (7)	-	-	1.230.896	1.245.553	-	-	-	-
Arrendamento operacional (10)	132.271	133.724	131.861	132.151	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	153.515	151.833	-	-	(72.455)	(69.502)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	2.239.622	2.283.748	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Em 10 de fevereiro e 15 de fevereiro de 2023 foram recebidos os montantes de R\$150.000 e R\$200.000, respectivamente, referentes ao contrato de mútuo aprovado pela Aneel e autorizado pelo Conselho de Administração em 2020 entre Cemig D (mutuário) e Cemig (mutuante), no montante de R\$350.000, com prazo de pagamento até maio de 2024. O mútuo é acrescido de juros à taxa equivalente a 110% da variação do CDI, a serem pagos juntamente com a parcela original. Como garantia, foi emitida pela Companhia uma Nota Promissória em favor da Cemig, compreendendo o principal e os juros estimados para o contrato. Em março de 2023 o Conselho de Administração autorizou a celebração do primeiro aditivo ao contrato de mútuo entre a Cemig D (mutuário) e Cemig (mutuante), nos mesmos termos citados acima, reconhecidos pela Aneel, no montante de R\$750.000, não tendo ocorrido a transferência do recurso até o presente momento;
- Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- Em 27 de fevereiro, 10 de março e 17 de março de 2023, a Companhia Energética de Minas Gerais - Companhia Controladora realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Companhia, nos montantes de R\$100.000, R\$94.000 e R\$350.000, respectivamente, com a finalidade de reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 8,72%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Distribuição;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Notas Explicativas

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2023 e 31 de março 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2023	Jan a Mar/2022
Remuneração	2.160	1.857
Participação nos resultados	751	637
Previdência privada	161	143
Planos de saúde e odontológico	19	22
Seguro de vida	3	4
Total (1)	3.094	2.663

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/03/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		1.003	1.003	39.581	39.581
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)		3.407.821	3.407.821	3.138.398	3.138.398
Fundos vinculados		1.657	1.657	1.444	1.444
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		991.541	991.541	944.090	944.090
Reembolso de subsídios tarifários		90.916	90.916	90.923	90.923
Subvenção baixa renda		59.245	59.245	62.479	62.479
Depósitos vinculados a litígios		647.628	647.628	651.279	651.279
		5.199.811	5.199.811	4.928.194	4.928.194
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	403.573	403.573	356.842	356.842
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	-	-	30.587	30.587
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	-	-	64.208	64.208
Letras financeiras - bancos	2	-	-	144.798	144.798
Debêntures	2	-	-	1.595	1.595
		-	-	241.188	241.188
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.437.515	1.437.515	1.369.652	1.369.652
		1.841.088	1.841.088	1.967.682	1.967.682
		7.040.899	7.040.899	6.895.876	6.895.876
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(4.224.247)	(4.224.247)	(4.575.998)	(4.575.998)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		(155.940)	(155.940)	(182.140)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(393.433)	(393.433)	(396.483)	(396.483)
Fornecedores		(1.656.588)	(1.656.588)	(1.929.723)	(1.929.723)
Arrendamentos		(304.770)	(304.770)	(259.873)	(259.873)
		(6.734.978)	(6.734.978)	(7.344.217)	(7.344.217)

(1) Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; e (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/03/2023		31/12/2022	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(34.728)	(176.434)	(52.440)	(273.618)
Passivo líquido exposto		(176.434)		(273.618)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de março de 2024 será uma valorização de 0,39% (R\$5,10). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso:

Risco - Exposições cambiais	31/03/2023	31 de março de 2024	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,10	Cenário adverso Dólar R\$5,92
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(176.434)	(177.115)	(205.512)
Passivo líquido exposto	(176.434)	(177.115)	(205.512)
Efeito líquido da variação cambial		(681)	(29.078)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de março de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Notas Explicativas

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	31/03/2023	31/12/2022
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	403.573	356.842
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	1.003	280.769
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	991.541	944.090
	1.396.117	1.581.701
Passivos		
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.200.463)	(1.317.792)
	(1.200.463)	(1.317.792)
Ativo líquido exposto	195.654	263.909

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2024, a taxa Selic será de 12,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	31/03/2023	31 de março de 2024	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,50%	Cenário adverso Selic 9,75%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	403.573	454.020	442.921
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	1.003	1.128	1.101
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	991.541	1.115.484	1.088.216
	1.396.117	1.570.632	1.532.238
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.200.463)	(1.350.521)	(1.317.508)
	(1.200.463)	(1.350.521)	(1.317.508)
Ativo líquido exposto	195.654	220.111	214.730
Efeito líquido da variação das taxas de juros		24.457	19.076

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de março de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	31/03/2023	31/12/2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	1.437.515	1.369.652
	1.437.515	1.369.652
Passivos		
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(3.048.515)	(3.283.833)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(155.940)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(393.433)	(396.483)
	(3.597.888)	(3.862.456)
Passivo líquido exposto	(2.160.373)	(2.492.804)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,38% e a taxa de IGPM será de 2,68% em 31 de março de 2024, a Companhia fez uma análise de sensibilidade do efeito no resultado em um cenário adverso, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	31/03/2023	31 de março de 2024	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,38% IGPM 2,68%	Cenário adverso IPCA 7,64% IGPM 5,75%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	1.437.515	1.514.820	1.547.341
	1.437.515	1.514.820	1.547.341
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(3.048.515)	(3.212.454)	(3.281.422)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(155.940)	(164.326)	(167.854)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(393.433)	(414.591)	(423.491)
	(3.597.888)	(3.791.371)	(3.872.767)
Passivo líquido exposto	(2.160.373)	(2.276.551)	(2.325.426)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(116.178)	(165.053)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 30 de março de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$394.651. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. 30 de março de 2023, os empréstimos e debêntures, de curto e longo prazo, totalizaram R\$898.907 e R\$3.325.340, respectivamente.

A Cemig estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas (*)						
Empréstimos e debêntures	52.852	191.697	873.253	3.373.645	-	4.491.447
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	10.837	21.792	100.048	34.173	-	166.850
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.795	9.665	44.380	259.001	283.594	601.435
	68.484	223.154	1.017.681	3.666.819	283.594	5.259.732
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.504.826	151.499	263	-	-	1.656.588
	1.573.310	374.653	1.017.944	3.666.819	283.594	6.916.320

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 14.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 17.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Total do passivo	17.886.544	18.307.385
Caixa e equivalentes de caixa	(440.104)	(440.700)
Títulos e valores mobiliários	(1.003)	(279.717)
Passivo líquido	17.445.437	17.586.968
Total do patrimônio líquido	7.892.630	7.105.260
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,21	2,48

27. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Notas Explicativas

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 25 de abril de 2023, a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig (controladora) realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Companhia, no montante de R\$100.000, com a finalidade de reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

Notas Explicativas

Aumento de capital

Em 27 de abril de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, na qual foi, dentre outros assuntos, aprovado o aumento de capital social no montante de R\$462.314, passando de R\$5.371.998 para R\$5.834.312, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Henrique Motta Pinto
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade
Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 27 às informações contábeis existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado - DVA (informação suplementar) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão em 13 de maio de 2022, sem modificação.

Belo Horizonte, 4 de maio de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

.